

Governo investe na educação e amplia rede

O caráter de planejamento que marca a estrutura urbana de Brasília também tem seus reflexos na atuação governamental nas áreas dos serviços essenciais à população, como Saúde e Educação. Mas apesar disso toda a rede física montada e administrada de forma moderna, como o conceito da própria cidade, sofre com problemas de oferta de vagas e serviços em virtude do grade fluxo migratório que atingiu a Capital da República nos seus 32 anos de fundação. Como resultado, parte da clientela estudantil de sete a 14 anos passa por disputa de vagas na rede oficial e é obrigada até assistir as aulas em turnos intermediários — o “turno da fome” —, típicos de regiões mais carentes do País.

Na esteira desse rolo compressor, que assola especialmente os menos favorecidos e integrantes de famílias de migrantes instaladas há poucos anos na cidade, existem aproximadamente 40 mil crianças, cerca de nove por cento do total de matrículas da rede oficial, estudando em turnos intermediários com apenas duas horas de aula. A secretária de Educação, Stella dos Cherubins, reconhece que essa situação não é ideal, mas acha que entre dar um menor tempo para todos os alunos ou dar maior tempo de aula para alguns e deixar os outros sem nada, é melhor ficar com a primeira opção.

Investimentos — Para alento da maioria dos alunos, a secretária garante que, apesar das dificuldades, 90 por cento das crianças que estudam na escola pública têm quatro ou seis horas de aula e argumenta que haveria problemas se o sistema mantivesse imobilizados todos os alunos com duas horas de aulas. Para acabar com o “turno da fome”, a Secre-

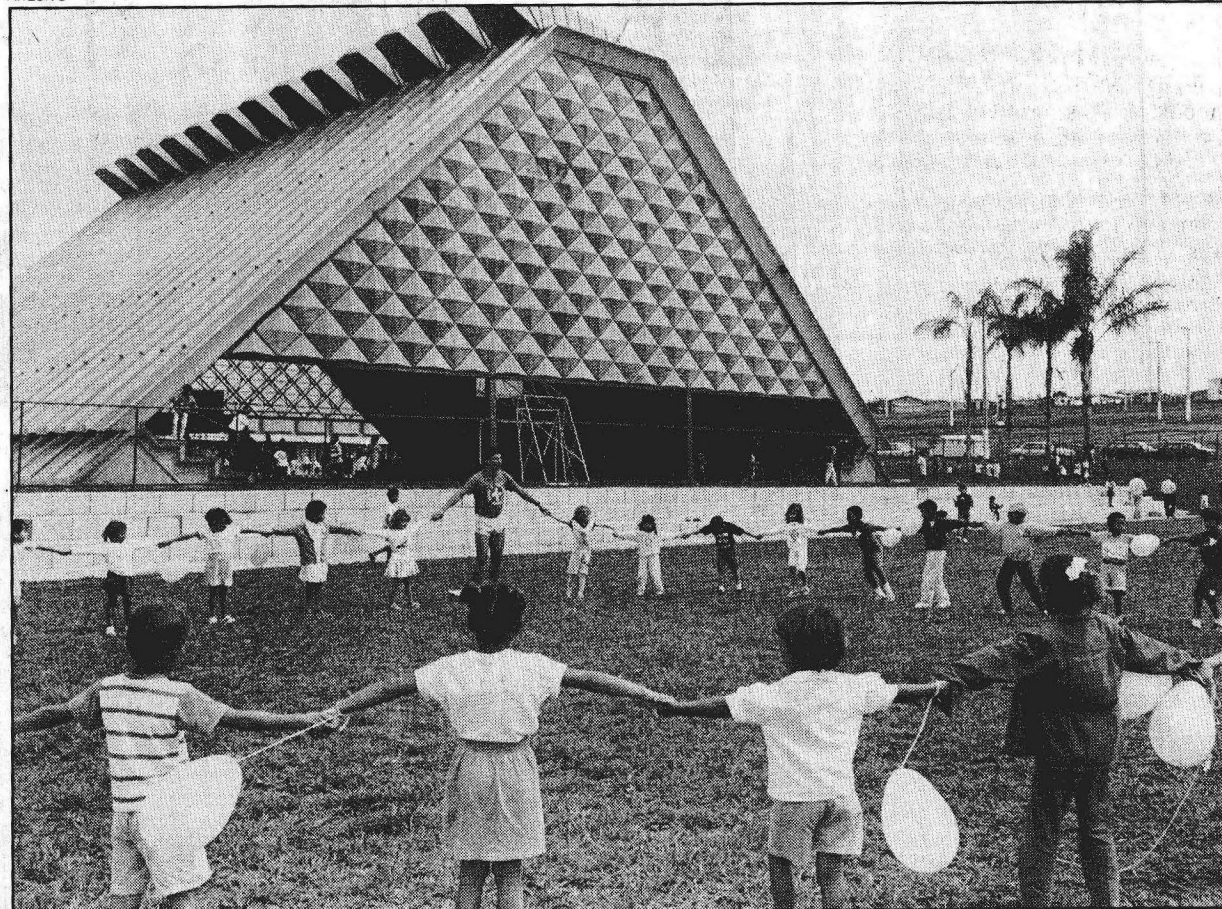
taria está fazendo grandes investimentos nas áreas de assentamento e locais de grande demanda e somente no ano passado foram construídas 400 salas de aulas, incluindo a entrega de 15 novas escolas.

O GDF tem investido no aumento do número de estabelecimentos de ensino não só na área urbana (com 397 unidades), mas também na zona rural (já com 102 estabelecimentos). A região com o maior número de escolas é o Plano Piloto e Cruzeiro, que reúnem 104 unidades. Nas demais localidades, a distribuição se dá da seguinte forma: Gama (48); Taguatinga (65); Brazlândia (26); Sobradinho (40); Planaltina (59); Núcleo Bandeirante (30); Ceilândia (81); Guará (21) e Samambaia (21).

Matrículas — Este ano, a rede pública de ensino do DF matriculou 80 por cento do total de crianças em idade escolar, contabilizando 435 mil vagas. Isto representa um incremento de 35 mil matrículas em relação ao ano passado e para os próximos três anos a meta da Secretaria é chegar ao atendimento de 600 mil estudantes em toda a rede pública. Para isso, no triênio 1993-1995, o setor receberá investimento de um trilhão, o maior orçamento de todas as áreas do GDF.

Paralelamente aos esforços de expansão da rede e das matrículas, o sistema de ensino oficial do DF deverá receber atenção especial nas ações que visam a reduzir os índices de evasão e repetência, que giram em torno de 20 a 30 por cento, ainda abaixo da variação nacional que é entre 30 e 50 por cento. Depois de investimentos e mudanças nos programas educacionais, conforme estimativas da Secretaria de Educação, nos últimos semestres as taxas de repetência ficaram entre dez e 30 por cento e as de evasão em cerca de oito por cento, refletindo avanços significativos na melhoria da qualidade do ensino público oferecido em todo o DF.

ARQUIVO



Os Ciacs tentam reduzir os problemas da Educação, como a falta de vagas

Ciacs chegam para diminuir problemas

A luta contra os problemas crônicos da Educação, como a falta de vagas, turnos intermediários, evasão, repetência e queda da qualidade do ensino, ganha um grande aliado na avaliação da secretária de Educação, Stella dos Cherubins, com a construção dos Ciacs — Centros Integrados de Apoio à Criança. O programa permitirá o atendimento em tempo integral à criança, oferecendo ainda atendimento médico e assistência direta e indireta em várias atividades sociais.

A meta do GDF é construir

neste ano um total de 50 Ciacs, sendo 43 no DF e sete na região do Entorno. Já estão em funcionamento os centros do Paranoá — o primeiro do gênero a ser construído no País e que serve de modelo para o programa — e o da Ceilândia. Ainda esta semana está prevista a inauguração do Ciac de Samambaia e em cerca de 30 dias será a vez do centro de Santa Maria, um assentamento próximo ao Gama.

A partir do Ciac de Santa Maria, os centros terão sua capacidade dobrada de 12 para 24

salas de aula, passando a atender mais de 1,5 mil alunos. Além dessas obras, que envolverão recursos superiores a Cr\$ 50 bilhões, dezenas de escolas da rede oficial passarão pelo processo de “ciaquização”, oferecendo educação com maior tempo de aula, maior incremento das atividades esportivas e de lazer e de assistência à saúde dos alunos. Os ciauquinhos levarão à boa parte das crianças matriculadas na rede oficial de ensino a mesma filosofia de atendimento planejada para os Ciacs.

GDF quer base econômica para ter autonomia

O GDF está empenhado em criar uma base econômica sólida, para que Brasília conquiste sua autonomia financeira e melhore os níveis de emprego e arrecadação. Essa nova estrutura econômica deve ser principalmente administrativa, a vocação óbvia da capital, mas contando também com um setor forte de indústrias não-poluentes de alta tecnologia e um setor de serviços sofisticados, com mão-de-obra qualificada. Hoje, porém, para manter o nível de qualidade dos serviços públicos, o GDF depende totalmente dos recursos do Governo Federal.

O orçamento do GDF para este ano é de Cr\$ 7,5 trilhões (valores de março). Apenas um terço desse total vem por arrecadação própria. Os outros dois terços são transferências constitucionais (644 por cento) ou voluntárias (22 por cento) da União. São as transferências voluntárias que mantêm os Sistemas de Saúde e Educação local, desde a criação de Brasília. Este ano o orçamento do GDF destina, aproximadamente, Cr\$ 1 trilhão para a Educação, que contará com o maior percentual dos recursos. Cerca de Cr\$ 715,7 bilhões serão destinados à Saúde.

As transferências obrigatórias pela Constituição, são os repasses para manutenção da Segurança Pública no DF e cotas nos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE).

Isenções — O secretário da Fazenda e Planejamento, Evarado Maciel explica que o DF sofre sérias limitações de receita porque muitas das diversas instituições aqui instaladas são isentas de pagar impostos locais. Além disso, a capital presta uma série de serviços especiais por abrigar as sedes dos três poderes.